

Banco Seguro S.A.

CNPJ/MF nº 10.264.663/0001-77

Relatório da Administração

Em atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Administração do Banco Seguro S.A. ("Banco Seguro" ou a "Companhia"), subsidiária da BS Holding Financeira Ltda ("BS Holding") que por sua vez é subsidiária da PagSeguro Digital Ltda., a qual detém 100% das ações e controle do investimento, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Seguro relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Banco Seguro possui autorização para atuar como instituição financeira, para as carteiras comerciais, câmbio e de investimentos, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Em decorrência da obtenção dessa autorização, o Banco Seguro adota procedimentos aplicáveis às instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN, além de seguir os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações

introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros. Além disso baseado no artigo nº 102 da BCB nº 352, fica facultado às instituições a apresentação de período comparativo as demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo. O Banco Seguro obteve lucro líquido de R\$72,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. No resultado vale destacar que a receita de prestação de serviços totalizou o valor de R\$188,6 milhões, substancialmente representada pelos

comissionamentos recebidos pelas operações realizadas com o PagSeguro. A receita com as operações de crédito totalizou o valor de R\$5.796,7 milhões representada em sua maioria pelas operações dos empréstimos realizados com o PagSeguro. As despesas com operações de captação no mercado totalizaram R\$5.039,1 milhões em 31 de dezembro de 2025, sendo essas respectivas despesas relacionadas aos juros sobre as operações de certificados de depósitos bancários impactados pelo aumento nas captações e aumento da SELIC. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos do Banco Seguro totalizaram R\$48.045 milhões. O principal ativo do Banco Seguro em 31 de dezembro de 2025 refere-se em R\$44.241 milhões com operações de crédito, sendo substancialmente a operação de empréstimo realizado junto ao PagSeguro no montante de R\$41.050 milhões. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido totalizou R\$1.355,2 milhões e a variação do saldo está substancialmente ligada ao aumento de capital no Banco Seguro no montante de R\$500 milhões e aos lucros obtidos no ano. As movimentações de caixa em 2025 referem-se sobretudo às variações de ativos e passivos ocorridas no exercício. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 24 de março de 2026.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)	
Nota	31 de dezembro de 2025
Ativo	
Ativo Circulante e Não Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3 127.894
Títulos e valores mobiliários	4 169.229
Reservas compulsórias	5 3.029.746
Operações de crédito	6 44.240.866
Contas a receber de partes relacionadas	11 272.140
Outras contas a receber	69.136
Impostos a recuperar	7 76.859
Depósitos judiciais	8 11.353
Impostos de renda diferido	13 47.047
Intangível	540
Total ativos	48.044.810

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)	
Nota	31 de dezembro de 2025
Passivo circulante	
Conta digital	9 11.410.673
Depósitos	10 34.948.164
Instrumentos financeiros derivativos	24 36.661
Contas a pagar de partes relacionadas	11 172.328
Fornecedores	3.366
Impostos a pagar	12 100.079
Dividendos a pagar	685
Provisões para contingências	14 9.406
Outros passivos	4.272
Imposto de renda diferido	13 3.972
Total do passivo	46.689.606
Patrimônio líquido	
Capital social	15 1.134.500
Reserva de lucros	15 220.702
Ajustes de avaliação patrimonial	15 2
Total patrimônio líquido	1.355.204
Total passivo e patrimônio líquido	48.044.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	634.500	10.144	175.566	(90)	820.120
Lucro líquido do semestre	-	-	43.791	-	43.791
Dividendos pagos	-	-	(432)	-	(432)
Ajuste Res. BCB 4.966	-	-	(1.016)	-	(1.016)
MTM de instrumentos financeiros	-	-	-	83	83
Saldos em 30 de junho de 2025	634.500	10.144	217.909	(7)	862.546
Aumento de capital social	500.000	-	-	-	500.000
Lucro líquido do semestre	-	-	28.334	-	28.334
Constituição da reserva legal	-	3.606	(3.606)	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	(685)	-	(685)
Dividendos pagos	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros	-	-	-	9	9
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.134.500	13.750	206.952	2	1.355.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: O Banco Seguro S.A. ("Banco Seguro" ou a "Companhia") é uma subsidiária da BS Holding Financeira Ltda. ("BS Holding"), que também detém participação societária na PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. ("PagSeguro"), exercendo o seu controle acionário, e por sua vez ambas são subsidiárias da PagSeguro Digital Ltd, sendo que as principais receitas do Banco Seguro estão diretamente ligadas as operações de crédito e aos recebíveis e concessão de empréstimos com o PagSeguro conforme descrito nas notas explicativas dessa demonstração financeira e as despesas referem-se sobretudo as operações de captações por meio de emissão de depósitos à prazo, dentre eles depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e conta digital. O Banco Seguro é uma instituição financeira na forma de uma sociedade por ações de capital fechado. O Banco Seguro é sediado na cidade de São Paulo, Brasil, e tem por objeto social a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, câmbio e de investimento). O Banco Seguro possui autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo BACEN. Em decorrência da obtenção dessa autorização, o Banco Seguro adota procedimentos aplicáveis às instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN. 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: 2.1. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras do Banco Seguro foram elaboradas em conformidade as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN (Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução BCB 352/2023) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional COSIF. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Baseado no artigo nº 102 da BCB nº 352, fica facultado às instituições a apresentação de período comparativo as demonstrações financeiras de 2025, dessa forma, utilizando de tal liberalidade do BACEN essa respectiva demonstração está sendo apresentada sem o devido período comparativo. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo: • CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro; • CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos; • CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; • CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; • CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas; • CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; • CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • CPC 24 - Evento subsequente; • CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • CPC 27 - Ativo Imobilizado; • CPC 28 - Propriedade para investimento; • CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; • CPC 41 - Resultado por ação; • CPC 46 - Mensuração do valor justo; • CPC 47 - Receita de contrato com cliente; • CPC 48 - Instrumentos financeiros. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Resolução BCB nº 2/2020 aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidencição em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes. As demonstrações financeiras do Banco Seguro foram representadas em Reais (R\$), que é a sua moeda funcional e de apresentação. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria do Banco Seguro em reunião realizada em 24 de março de 2026. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. O Banco Seguro classifica como equivalentes de caixa uma aplicação financeira que pode ser imediatamente convertida em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. O Banco Seguro classifica aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa. Nas demonstrações financeiras dos períodos findo em 31 de dezembro são considerados caixa e equivalentes de caixa, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação. 2.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações pré-fixadas são registradas pelo valor presente, e as pós-fixadas pelo valor principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. 2.4. Títulos e valores mobiliários: O critério de classificação dos Ativos Financeiros dependerá tanto do modelo de negócio para sua gestão, bem como as características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ). Com base no supracitado, o ativo será classificado como: • Custo Amortizado: quando o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. • Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: quando o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. • Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Os instrumentos financeiros estão classificados por categoria conforme apresentado na nota 23 da presente demonstração financeira. 2.5. Operações de crédito e outros ativos: As operações de crédito (majoritariamente referente a empréstimos concedidos para o PagSeguro e consignados para o público em geral) e outros créditos sem característica de concessão de crédito (majoritariamente referentes a cessão de recebíveis provenientes do PagSeguro) são classificadas nos respectivos níveis de riscos. A receita de juros é reconhecida na rubrica Operações de crédito. A RES. BCB nº 352/2023 introduziu um novo modelo de perdas esperadas para ativos financeiros que requer o reconhecimento das perdas de crédito esperadas (ECL - Expected Credit Losses) em vez de somente a aplicação das regras de provisionamento estabelecidas na Resolução nº 2882. De acordo com as novas diretrizes o Banco Seguro irá realizar a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/2023 para: i) ativos financeiros; (ii) garantias financeiras prestadas; (iii) compromissos de crédito e créditos a liberar, sendo que: O Banco Seguro aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito. • Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origemação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas. • Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada. • Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são reconhecidos com base no saldo contábil líquido de provisão para perda esperada. Empresas do mesmo grupo econômico que está inserido o Banco Seguro possuem recebíveis de crédito e o Banco Seguro assume as posições sem qualquer cobertura. A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de certas premissas, tais como: • Prazo: o Banco Seguro considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado, têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. • Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o Banco Seguro utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequa-

do à classificação em estágios, considerando a projeção a partir de variáveis econômicas. 2.6. Intangível: As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de assessoria que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco Seguro, são reconhecidos como ativos intangíveis. 2.7. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Banco Seguro. A receita é representada substancialmente por: • Receita de prestação de serviços: taxa de serviço cobrada sobre os pagamentos antecipados provenientes da aquisição de carteira de recebíveis sem coobrigação. A receita é reconhecida quando é efetuado o pagamento de forma antecipada referente aos recebíveis de origem de vendas parceladas, esta receita é registrada na rubrica de receita de prestação de serviços na demonstração do resultado; • Receita com operações de crédito: apresentadas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base "pro-rata" dia. A atualização das operações de crédito vencidas até o 89º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 90º dia, em rendas a apropriar, e somente se forem apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas. 2.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: Os ativos e passivos fiscais para o ano corrente são calculados com base no valor recuperado esperado ou no valor a pagar às autoridades fiscais. As taxas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são as promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço nos países onde o Banco Seguro opera e gera renda tributável. 2.9. Redução ao valor recuperável de ativos: Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, o Banco Seguro deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. 2.10. Captações de depósitos e letras financeiras: O Banco Seguro dispõe de operações de venda com compromisso de recompra de ativos financeiros. Os compromissos são contabilizados nas rubricas de Depósitos e obrigações por emissões de títulos para as operações de certificados de depósitos bancários e letras financeiras. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros, a despesa é reconhecida na rubrica de Operações de Captação no Mercado. 2.11. Benefícios a empregados: O Banco Seguro reconhece um passivo e uma despesa com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A definição dos montantes pagos é aprovada em comitê específico e seu pagamento está vinculado ao atingimento de metas definidas pela administração. 2.12. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo com base no estatuto social, que prevê que, no mínimo, 1% do lucro líquido do exercício seja distribuído como dividendos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos diretores em Reunião de Diretoria. 2.13. Resultados recorrentes e não recorrentes: A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Com base na definição acima, a Instituição não teve nenhuma operação não recorrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 2.14. Novas normas emitidas: Resolução BCB nº 352/2023: A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estas novas regras alinham os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros detidos por estas instituições financeiras às melhores práticas internacionais, mais especificamente ao pronunciamento IFRS 9 - Financial Instruments, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Resolução BCB nº 352/2023 dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2025. Diante disso, o Banco Seguro trabalhou na definição de um modelo interno com o objetivo de analisar todas as alterações necessárias para adaptar as classificações e modelos contábeis, bem como estimar a perda esperada associada ao risco de crédito existente em cada unidade ao anteriormente definido. Com base nos modelos adotados, o impacto no patrimônio líquido referente aos novos modelos de perda esperada foi de um impacto no patrimônio líquido de R\$1.016 pelo incremento da provisão.

3. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de disponibilidades são mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo e representam valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

31 de dezembro de 2025	
Depósitos bancários	894
Banco Central - outras reservas livres (i)	127.000
	127.894

(i) Os valores estão aplicados no depósito voluntário junto ao BACEN (com uma taxa média de retorno de 100% sobre o CDI) e tem vencimento de um dia útil, ou seja, o valor aplicado é sempre devolvido automaticamente no dia seguinte da operação, sendo dessa forma tratado como caixa e equivalente de caixa. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$47.094.

4. Títulos e valores mobiliários

	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado
Letras financeira do tesouro (i)	55.270	-	55.270
Letras financeiras de renda fixa (ii)	50.858	62.692	113.550
Outros	-	409	409
	106.128	63.101	169.229

(i) Os saldos referem-se a Letras do Tesouro Nacional ("LFTs"), as quais estão classificadas como custo amortizado, com uma taxa média de retorno de 100% sobre a SELIC. A remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$34.587. (ii) Os saldos referem-se a aplicações em Letras Financeiras ("Lfs"), as quais estão classificadas como custo amortizado, com uma taxa média de retorno de 108% sobre a SELIC. A remuneração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$26.053. 5. Reservas compulsórias: Em 31 de dezembro de 2025, o Banco Seguro possui o saldo de R\$3.029.746 em reservas compulsórias depositadas junto ao Banco Central em virtude de ter alcançado o valor de captações que requerem tal depósito, o valor é remunerado por 100% do CDI e a receita de juros registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$418.081.

6. Operações de crédito: A composição das operações de crédito realizadas está a seguir:

31 de dezembro de 2025	
Crédito consignado (i)	3.190.559
Capital de Giro (ii)	41.050.307
	44.240.866
Curto prazo	42.095.028
Longo prazo	2.145.838

(i) Os créditos consignados são apresentados líquidos de ECL ("perdas de crédito esperadas") e são mensurados de acordo com a Res. BCB 4.966, utilizando: Exposição na Inadimplência (EAD) relacionada ao risco de crédito exposto na inadimplência; Probabilidade de Inadimplência (PD) relacionada à probabilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento; e Perda Dado o Inadimplimento (LGD) relacionada ao percentual da exposição que não se espera que seja recuperado em caso de inadimplência. Além da metodologia de cálculo da provisão para impairment (EAD x PD x LGD). O Banco Seguro leva em consideração informações prospectivas e premissas como o histórico de perdas sofridas em nível de transações individuais, qualidade de crédito e garantias, fatores econômicos e fluxos de cai-

Demonstração do Resultado - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 31 de dezembro de 2025
Receitas de intermediação financeira		3.495.362	6.322.556
Operações de crédito	16	3.215.885	5.796.741
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17	279.477	525.815
Despesas de intermediação financeira		(2.865.413)	(5.091.291)
Operações de Captação no Mercado	18	(2.838.508)	(5.039.136)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.905)	(52.155)
Resultado bruto da intermediação financeira		629.949	1.231.265
Outras receitas/despesas operacionais		(581.002)	(1.104.223)
Receitas de prestação de serviços	19	96.207	188.587
Outras receitas operacionais	19	3.962	7.073
Despesas administrativas	19	(99.096)	(191.257)
Despesas de pessoal	19	(59.982)	(144.352)
Despesas operacionais	19	(502.194)	(816.270)
Despesas tributárias	19	(19.899)	(148.005)
Resultado operacional		48.947	127.042
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		48.947	127.042
Imposto de renda e contribuição social		(20.613)	(54.917)
Provisão para imposto de renda	13	(17.316)	(34.782)
Provisão para contribuição social	13	(15.279)	(29.262)
Ativo fiscal diferido	13	11.982	9.127
Lucro líquido do semestre/exercício		28.334	72.125
Quantidade de ações		910.388	910.388
Lucro líquido por ação (em R\$)		31,12	79,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2025	Exercício 31 de dezembro de 2025
Resultado líquido do semestre/exercício	28.334	72.125

Resultado abrangentes que poderão ser reclassificados para resultado em períodos subsequentes

Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros disponíveis para venda

Imposto de renda diferido

Resultado abrangente do semestre/exercício

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		48.947	127.042

Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações

Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:

Amortização

Acréscimo (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa

Provisão de contingências

Derivativos de instrumentos financeiros

Juros, receita de aplicações financeiras e de instrumentos financeiros

Variação de ativos e passivos operacionais

Operações de Crédito

Aplicações financeiras

Reservas compulsórias

Impostos a recuperar

Outras contas a receber

Outras contas a pagar

Contas a pagar de partes relacionadas

Fornecedores

Contas a receber de partes relacionadas

Conta digital

Impostos e contribuições

Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

Juros pagos

Imposto de renda e contribuição pagos

Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Distribuição de dividendos

Aumento de Capital

Caixa gerado das atividades de financiamento

Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes

BancoSeguro S.A. - CNPJ/MF nº 10.264.663/0001-77

...continuação		Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)		
A movimentação da perda esperada está demonstrada a seguir:				
Perda Esperada	Consignado			
31 de dezembro de 2024	(36.074)			
Adições	(76.574)			
Reversões	21.699			
Baixas (i)	14.216			
31 de dezembro de 2025	(76.733)			
(i) Com base no modelo de classificação de risco de crédito BancoSeguro, que avalia o risco de insolvência e inadimplência das contrapartes relacionadas aos recebíveis de crédito, no período do exercício de 2025, o BancoSeguro realizou uma baixa parcial dos recebíveis de crédito, para os casos em que não espera receber esses valores. Os recebíveis de empréstimos consignados foram baixados no montante de R\$ 14.216 contra a provisão para ECL reconhecida em períodos anteriores para estes mesmos recebíveis que já estavam 100% provisionados.				
7. Impostos a recuperar				
Imposto de renda e contribuição social (i)	65.904			
Impostos Federais a Recuperar (ii)	10.955			
Total - curto prazo	76.859			
(i) Refere-se substancialmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social com compensação. (ii) Referem-se a valores a compensar com tributos futuros.				
8. Depósitos judiciais: O BancoSeguro obteve decisões judiciais para recolher em juízo, via depósito judicial, montantes relacionados às contingências cíveis. Os depósitos judiciais estão representados pelo montante de R\$11.353 e a movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:				
Em 31 de dezembro de 2024	8.934			
Adições	2.016			
Baixas	(317)			
Atualizações	720			
Em 31 de dezembro de 2025	11.353			
Longo prazo				
Em 31 de dezembro de 2025	11.353			
9. Conta digital: Os saldos da conta digital referem-se ao montante de R\$11.410.673 que os clientes mantem em suas contas de pagamentos que são aplicadas automaticamente pelo BancoSeguro em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") com juros de até 100% do CDI. A remuneração é paga somente após 30 dias do saldo mantido em conta, sendo uma taxa média de 46% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.				
10. Depósitos				
Certificado de depósitos (i)	22.531.476			
Depósitos interbancários (ii)	12.416.688			
	34.948.164			
Curto prazo	22.430.122			
Longo prazo	12.518.042			
(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o custo médio dos juros foi de 103% do CDI. Alguns depósitos possuem taxas de juros correlacionadas ao IPCA e taxas pré-fixadas. Para esses certificados de depósito, foi contratado instrumentos financeiros derivativos (Swaps) com o objetivo específico de proteger os depósitos das oscilações decorrentes da inflação, da variação do IPCA e das taxas pré-fixadas para o CDI. Mais detalhes sobre os instrumentos financeiros na nota explicativa 24. (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o custo médio dos juros foi de 107% do CDI. Em 30 de setembro de 2025, o BancoSeguro emitiu R\$ 1.000.000 em Letra Financeira Pública. O vencimento será em 10 de julho de 2027. O valor nominal e os juros acumulados serão pagos no vencimento. A operação foi contratada com taxa de juros de CDI + 0,45% ao ano. A análise de vencimento das emissões bancárias com base na data de vencimento dos contratos (desconsiderando que algumas podem ser resgatadas com liquidez diária) é a seguinte:				
Vencimento em 30 dias	5.747.241			
Vencimento de 31 a 120 dias	6.225.863			
Vencimento de 121 a 180 dias	2.526.114			
Vencimento de 181 a 365 dias	7.930.904			
Vencimento acima de 365 dias	12.518.042			
	34.948.164			
A movimentação do saldo de depósitos está a seguir:				
Em 31 de dezembro de 2024	24.089.234			
Adições	72.130.616			
Resgates	(64.054.780)			
Instrumentos financeiros	(4.046)			
Juros	2.787.140			
Em 31 de dezembro de 2025	34.948.164			
Do total da rubrica de depósitos e obrigações por emissões de títulos, os depósitos com partes relacionadas totalizam R\$6.520.170 a remuneração está em 103% do CDI, conforme quadro abaixo:				
	31 de dezembro de 2025			
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PagSeguro I	1.171.942			
Wirecard Brazil Ltda	758.135			
PagSeguro Tecnologia Ltda	705.313			
Net+Phone Telecomunicações Ltda	645.680			
Biva Serviços Financeiros S.A.	502.390			
Biva Securitizadora de Crédito S.A.	495.741			
Tilix Digital Ltda	418.664			
PagSeguro Internet Instituição de Pagamentos S.A.	390.650			
Concil Inteligência em Conciliação S.A.	354.638			
Uol Cursos Tecnologia Educacional Ltda	313.387			
Credisim Correspondente Bancário Ltda	237.044			
Universo Online S.A.	175.341			
Outros	351.245			
Total	6.520.170			
11. Partes relacionadas				
	31 de Dezembro de 2025			
	Ativo	Passivo		
PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (a)	272.140	153.810		
PagSeguro Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.(a)	-	18.518		
	272.140	172.328		
	31 de dezembro de 2025			
	Receitas	Despesas		
PagSeguro Internet Instituição de Pagamento S.A. (b)	115.656	983.862		
PagSeguro Biva Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (b)	52	-		
Outros	-	174		
	115.708	984.036		
a) Os saldos referem-se substancialmente a pendências de liquidações dos repasses de produtos ofertados dentro do ecossistema do Grupo, bem como custos de assessoria, comissionamento e pessoal.				
b) Os montantes referem-se as receitas de comissionamento por originação e custos referentes ao compartilhamento de despesas administrativas.				
12. Impostos a pagar				
	31 de dezembro de 2025			
Imposto de renda e contribuição social	64.140			
IRRF	32.004			
COFINS	1.555			
ISS	886			
PIS	253			
Outros	1.241			
Total - curto prazo	100.079			
13. Imposto de renda diferido e reconciliação da alíquota				
	Diferenças temporárias - ativo	Diferenças temporárias - passivo	Total	
Em 31 de dezembro de 2024	21.808	12.139	33.947	
Incluído na demonstração do resultado	12.918	(3.790)	9.128	
Em 31 de dezembro de 2025	34.726	8.349	43.075	
Imposto de renda diferido ativo			47.047	
Imposto de renda diferido passivo			3.972	
A realização estimada dos impostos diferidos ativos será até 2026. A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social registrados no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:				
	31 de dezembro de 2025			
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	127.042			
Alíquota vigente	45%			
Expectativa da despesa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(57.169)			
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre:				
Variação monetária	2.252			
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do exercício	(54.916)			
Alíquota efetiva	43,2%			
Provisão para Imposto de Renda	(34.782)			
Provisão para contribuição social	(29.262)			
Ativo fiscal diferido	9.127			
14. Provisões para contingências: O BancoSeguro é parte em litígios cíveis em andamento e está discutindo tais questões nas esferas administrativa e judicial, para as quais, em alguns casos, o BancoSeguro efetuou os depósitos judiciais correspondentes. A probabilidade de um resultado negativo é avaliada periodicamente e ajustada pela Administração, quando apropriado. A movimentação das contingências cíveis está demonstrada abaixo:				
Em 31 de dezembro de 2024	4.017			
Adições	9.037			
Baixas	(3.758)			
Atualizações	110			
Em 31 de dezembro de 2025	9.406			
Curto prazo	2.692			
Longo Prazo	6.714			
15. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$634.500, sendo representado por 593.989 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em setembro de 2025, houve um aumento de capital de R\$500.000, sendo representado por 316.399 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim o capital total da Companhia totaliza R\$1.134.500, sendo representado por 910.388 ações ordinárias nominativas. b) Reserva legal: A reserva legal é constituída de acordo com o Estatuto, sendo 5% do lucro líquido do período até o limite de 20% do capital social realizado. A Administração do BancoSeguro propôs a constituição de reserva legal de R\$3.606 referente ao lucro líquido do exercício. A reserva legal somente será utilizada para aumento do capital ou para absorção de prejuízos. c) Reserva de retenção de lucro: Os Acionistas do BancoSeguro propuseram a constituição de reserva de retenção de lucros de R\$31.386 referente ao lucro líquido do exercício findo em 31				
de dezembro de 2025. d) Dividendos: Com base no estatuto social do BancoSeguro, houve a distribuição de dividendos obrigatórios de R\$432 referente ao percentual de 1% do lucro líquido do exercício de 2024 e a constituição de R\$685 referente ao percentual de 1% do lucro líquido do exercício de 2025, adicionalmente no dia 30 de dezembro de 2025 houve a distribuição adicional de R\$35.000. e) Ajustes de avaliação patrimonial: O BancoSeguro reconhece nesta rubrica o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros positivo no valor de R\$2, totalizando no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 um montante positivo na rubrica de R\$92.				
16. Receitas de operações de crédito				
Empréstimos com partes relacionadas (i)	5.178.170			
Consignados (ii)	589.123			
Outros empréstimos	29.448			
	5.796.741			
(i) O saldo refere-se as operações de créditos realizadas junto ao PagSeguro, conforme mencionado na nota 6. (ii) O saldo refere-se as operações de créditos concedidas de crédito consignado e junto ao saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do Governo Federal.				
17. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários				
	31 de dezembro de 2025			
Rendas por reservas aplicadas no Banco Central (i)	418.081			
Rendas por depósito voluntário (ii)	47.094			
Letras do tesouro nacional (iii)	34.587			
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (iv)	26.053			
	525.815			
(i) O saldo trata-se de receita com reservas remuneradas pelo Bacen a taxa de 100% sobre o CDI, o montante aplicado encontra-se mencionado na nota explicativa nº 5. (ii) O saldo refere-se as receitas com aos depósitos voluntários junto ao BACEN (com uma taxa média de retorno de 100% sobre o CDI), o montante aplicado encontra-se mencionado na nota explicativa nº 3. (iii) O saldo refere-se a receitas com títulos públicos Letras do Tesouro Nacional ("LFTs"), remunerado por 100% da taxa SELIC, o montante aplicado encontra-se mencionado na nota explicativa nº 4. (iv) O saldo trata-se de receita com aplicações financeiras remunerada pela taxa de 100% sobre o CDI junto ao Banco Itaú, o montante aplicado encontra-se mencionado na nota explicativa nº 4.				
18. Operações de captações no mercado				
Certificados de depósitos bancários	(3.124.847)			
Letras financeiras	(956.258)			
Conta digital	(639.722)			
Depósitos interfinanceiros	(260.954)			
Operações com derivativos	(57.355)			
	(5.039.136)			
19. Receitas e despesas operacionais				
Receitas de prestação de serviços (i)	188.587			
Outras receitas operacionais	7.073			
Despesas operacionais (ii)	(816.270)			
Despesas administrativas (iii)	(191.256)			
Despesas tributárias (iv)	(148.005)			
Despesas de pessoal (v)	(144.352)			
	(1.104.223)			
(i) A receita é substancialmente representada pela receita de comissionamento com o PagSeguro no montante de R\$115.656, conforme mencionado na nota 11 e tarifas interbancárias representando R\$68.591. (ii) A composição das despesas operacionais está sumarizada abaixo:				
	31 de dezembro de 2025			
Comissões (a)	(736.797)			
Taxas de cobrança	(54.145)			
Perdas	(23.225)			
Outros	(2.103)			
	(816.270)			
(a) O saldo refere-se substancialmente as distribuições de produtos com os parceiros. (iii) A composição de despesas administrativas, está sumarizada abaixo:				
	31 de dezembro de 2025			
Marketing e publicidade	(90.635)			
Despesa com software	(50.953)			
Honorários, taxas e consultorias	(29.112)			
Contingências	(12.667)			
Outros	(7.889)			
	(191.256)			
(iv) A composição de despesas tributárias está sumarizada abaixo:				
	31 de dezembro de 2025			
COFINS	(118.776)			
PIS	(19.303)			
ISS	(9.432)			
Outros	(494)			
	(148.005)			
(v) A composição das despesas de pessoal está sumarizada abaixo:				
	31 de dezembro de 2025			
Salários e encargos	(83.831)			
Participações nos lucros	(34.123)			
Benefícios	(26.398)			
	(144.352)			
20. Gerenciamento de risco: As atividades do BancoSeguro a expõem a diversos riscos: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco operacional, risco de fraude, risco de crédito, risco de liquidez e prevenção à lavagem de dinheiro. O programa de gestão de riscos do BancoSeguro concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do BancoSeguro que utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando aplicável. Entre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio do BancoSeguro, destacam-se: a) Risco operacional: O BancoSeguro define e trata o gerenciamento do Risco Operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos: a) falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas; e b) de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como de sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros oriundos das atividades desenvolvidas por uma instituição de pagamento, conforme a Resolução BCB nº 265/22. As atribuições relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos operacionais do BancoSeguro, se dá a partir dos procedimentos de: mapeamento, identificação, avaliação, mensuração, mitigação, controle e monitoramento dos riscos operacionais, com reportes periódicos ao corpo diretivo. b) Risco cibernético: Risco cibernético é a possibilidade de ocorrências com efeitos indesejáveis decorrentes de ameaças digitais à infraestrutura de tecnologia da informação, podendo ocasionar perdas relacionadas ao ambiente virtual, que: <ul style="list-style-type: none"> • Produzem efeitos anômalos e/ou adversos, ameaçam o funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; • Infringem políticas e/ou procedimentos de segurança da informação referentes aos sistemas de TI. Considerando que o BancoSeguro atua em um ambiente desafiador em termos de ameaças cibernéticas, investimos continuamente em controles e tecnologias que visam mitigar essas ameaças, bem como políticas e procedimentos de defesa, assegurando a confidencialidade, integridade e segurança dos dados inerentes aos sistemas utilizados. O grupo tem equipes treinadas e disponibiliza cursos on-line, visando treinar os profissionais para que estejam cientes das medidas de prevenção e saibam relatar incidentes a fim de minimizar os riscos cibernéticos, seguindo os requerimentos da Resolução 4893/2021. c) Risco de crédito: O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, seja pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras definidas nos termos pactuados, bem como a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relacionados ao não cumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Incluso à análise de risco de crédito, estão a avaliação de bens dados em garantias às operações contratadas e o risco de transferência, onde o pagamento do crédito tomado está vinculado a recursos do tomador alocados em outros países, a dificuldade de movimentação desses recursos caracteriza-se como um risco potencial de crédito. O BancoSeguro com o intuito de manter o risco de crédito em patamares adequados, mantém em vigor políticas que visam a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. Adicionalmente, o BancoSeguro conta com procedimentos de modo a garantir a visão completa do ciclo de crédito, não se limitando a: (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito, (ii) acompanhar limites de concentração, (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito, (iv) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do risco de crédito. O nível de provisão para perda por redução do lucro recuperável é parte do processo de gerenciamento e mensuração do risco de crédito. Conforme a Resolução 4.557 do CMN, todos os instrumentos acima descritos são definidos, calculados, monitorados e aplicados pelo time de riscos de crédito, mercado, liquidez e gestão de capital responsável pelo gerenciamento do risco da empresa nos termos do mencionado normativo, em conformidade com as disciplinas de segregação das responsabilidades e das melhores práticas de mercado no que tange a mitigação do conflito de interesses. A aprovação dos critérios, metodologias e processos utilizados na mensuração e contenção da exposição do Risco de Crédito, bem como seu monitoramento é realizado periodicamente pelo Comitê de Risco de Crédito, fórum colegiado com participação da Diretoria do BancoSeguro. Neste Comitê também são aprovados os saldos provisionados a título de contrapartida às perdas de crédito esperadas pela Instituição, em cumprimento às demandas e recomendações presentes na regulação vigente. Os poderes, membros obrigatórios, alçadas e periodicidade do Comitê de Risco de Crédito estão definidos em seu regulamento. As Atas e os materiais, estudos e mapas de monitoramento do risco de crédito, suportes às decisões do Comitê de Risco de Crédito estão à disposição dos órgãos reguladores e da auditoria independente. d) Risco de mercado: O risco de mercado representa uma estimativa de perda de uma carteira de instrumentos financeiros devida à variação de preços, taxas de juros, taxas de câmbio ou cotações de mercado. Em uma carteira bancária, esse risco se manifesta sobre a intermediação financeira, refletindo o resultado das mudanças de mercado sobre as captações da instituição, de forma conjunta aos valores concedidos na carteira de crédito. Atualmente o BancoSeguro possui somente instrumentos classificados na carteira Banking, tendo como foco o desenvolvimento e oferecimento de produtos de captação e de investimento em renda fixa, como CDB (Certificado de Depósito Bancário) bem como e mantém uma estratégia conservadora em seu portfólio, o que lhe permite maior controle sobre a sua exposição ao risco de mercado. O monitoramento destas exposições é realizado através de indicadores específicos que mensuram o impacto de oscilações na taxa de juros sobre as carteiras. e) Risco de Liquidez: O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade do BancoSeguro não honrar suas obrigações, correntes e futuras, incluindo-se as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar de forma relevante suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de o BancoSeguro não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Atualmente, o Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado por meio da gestão diária de fluxo de caixa, com projeções de curto e longo prazo considerando-se saldos a pagar e a receber. Estas controles são periodicamente apresentados em comitês realizados junto à alta gestão. O BancoSeguro não possui operações envolvendo moeda estrangeira, portanto não há exposição ao risco cambial, bem como não possui empréstimos tomados, ou seja, não haveria exposição relevante				
a taxa de juros. A única exposição de taxa de juros do BancoSeguro se refere aos depósitos de seus clientes, os quais são todos indexados ao CDI, sendo assim, conduzimos uma análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros a que os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2025. Para esta análise, adotamos alguns cenários simulados para os juros futuros, considerando um acréscimo de 1% do CDI (totalizando 15,90% do CDI), um decréscimo de 1% do CDI (totalizando 13,90%) e uma expectativa com a estabilidade de 14,90% do CDI. Com isso, o resultado da receita financeira (com relação aos investimentos financeiros) e despesas financeiras (com relação ao certificado de depósito e títulos corporativos) seriam impactadas da seguinte forma:				
	Risco de juros	Cenário simulado com manutenção do CDI (14,90%)	Cenário simulado com crescimento para 15,90%	Cenário simulado com redução para 13,90%
Transação	Montante			
Depósitos voluntários	100% of CDI	127.894	19.056	20.335
Depósitos e valores mobiliários	105% of CDI	169.229	26.476	28.253
Reservas compulsórias	100% of CDI	3.029.746	451.432	481.730
Conta digital	46% of CDI	11.410.673	(782.088)	(834.577)
Depósitos	104% of CDI	34.948.164	(5.415.567)	(5.779.028)
Total			(5.700.691)	(6.083.287)
Do ponto de vista dos informes legais previstos para atender às determinações do Bacen, mensalmente reportam-se as posições do Banco relacionadas ao Risco de Liquidez por meio do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), onde além da liquidez dos próximos 30 dias, são também detalhados os dados de todas as captações. f) Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo": O BancoSeguro possui um robusto programa de prevenção composto por procedimentos de análise e monitoramento de clientes, parceiros e fornecedores, devidamente documentados em sistema normativo e reforçado através de treinamentos para todos os colaboradores da instituição de forma a prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem de dinheiro" oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, bem como o uso da estrutura do Grupo para esses fins. A participação frequente da Administração na prevenção e detecção à "lavagem de dinheiro" e combate ao financiamento do terrorismo assegura a sinergia entre as diversas áreas e o contínuo acompanhamento das atividades e operações realizadas, possibilitando definir políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais. g) Conformidade: O time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade e requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Resolução BCB nº 65/21. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão. A área de PLDFT é responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo do BancoSeguro, em atendimento às normas pertinentes, inclusive a Circular BACEN nº 3.978/20. h) Riscos sociais, ambientais e climáticos: Os riscos sociais, ambientais e climáticos são a possibilidade de perdas devido à exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climática relacionados às atividades desenvolvidas pelo BancoSeguro. A Administração avaliou os fatores sociais, ambientais e climáticos nos quais seus negócios estão inseridos, e os considera de baixo impacto na criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazo. Apesar disso, para mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos, são realizadas ações para analisar processos, riscos e controles, acompanhar novas regras relacionadas ao tema e registrar ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta aos riscos, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam a gestão desse risco no BancoSeguro.				
21. Gestão de capital: A gestão de capital baseia-se na apuração e alocação de capital suficiente para atingir o montante mínimo requerido pelo regulador. Assim, o BancoSeguro mantém uma percepção de risco adequada ao tipo de negócio, permitindo o acesso a novos captações em condições viáveis à manutenção e continuidade da operação, bem como o crescimento sustentável ao longo do tempo. O montante de capital mínimo é definido segundo a metodologia descrita nas normas impostas pelo regulador. O BancoSeguro mantém uma reserva de capital suficiente para atender à demanda do regulador, bem como a avaliação interna de risco do negócio. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o BancoSeguro efetuou o cálculo de índice de Basileia pelo conglomerado prudencial, segundo as regras estabelecidas pela Resolução BCB nº 436 publicada de 28 de novembro de 2024, chegando ao índice de 15,3%.				
22. Valor justo: O valor justo refere-se ao preço que deveria ser recebido decorrente da venda de um ativo ou pago decorrente da transferência de um passivo (preço de liquidação) no mercado comum ou mais vantajoso para o ativo ou passivo mencionado em uma transação ordenada entre os participantes do mercado na data de mensuração. Uma hierarquia de 3 níveis é adotada para mensurar o valor justo, conforme demonstrado abaixo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Adições além dos preços cotados citados no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Adições para os ativos e passivos que não são baseados nos dados de mercado observáveis (considerações não observáveis). A tabela a seguir fornece a hierarquia de mensuração do valor justo dos ativos e passivos financeiros do BancoSeguro em 31 de dezembro de 2025. Não há transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:				
		31 de dezembro de 2025		
	Preços cotados em mercados ativos	Adições observáveis significantes	Adições não observáveis significantes	
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	127.894		-
Títulos e valores mobiliários	55.270	113.958		-
Reservas compulsórias	3.029.746	-		-
Operações de crédito	-	44.240.866		-
Depósitos judiciais	-	11.353		-
Contas a receber de partes relacionadas	-	272.140		-
Outras contas a receber	-	69.135		-
Passivos financeiros				
Depósitos	-	34.948.164		-
Contas digitais	-	11.410.673		-
Fornecedores	-	3.366		-
Contas a pagar de partes relacionadas	-			

...continuação

BancoSeguro S.A. - CNPJ/MF nº 10.264.663/0001-77

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) No balanço patrimonial os valores apresentados em instrumentos financeiros derivativos incluem outros instrumentos financeiros não designados para hedge accounting no montante de R\$19.843. A estrutura de limites de risco é estendida até o nível dos fatores de risco, onde os limites específicos visam melhorar os processos de monitoramento e entendimento, bem como evitar a concentração desses riscos. Adicionalmente, como os principais ativos e passivos financeiros

do BancoSeguro são mensurados pelo CDI, a estratégia do BancoSeguro é alterar quaisquer outros fatores de risco para CDI. O BancoSeguro realiza a gestão de riscos por meio do relacionamento econômico entre instrumentos de hedge e item objeto de hedge, no qual se espera que esses instrumentos se movam em direções opostas, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco. O BancoSeguro realiza o teste de efetividade da conta de hedge a cada

data de fechamento de balanço e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. 25. Eventos subsequentes: Em 30 de março de 2026, o BancoSeguro realizará a emissão da 3ª Emissão Pública de Letras Financeiras com volume estimado de R\$1.000.000, podendo atingir até R\$2.000.000 com prazo de até quatro anos e remuneração de até 0,70% a.a. acrescido do CDI.

A Diretoria

Wilson Gomes de Lima - Contador - CRC 1SP212238/0-0

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras do BancoSeguro S.A.

São Paulo, 24 de março de 2026. Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras do BancoSeguro S.A. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em cumprimento às determinações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), encaminhamos as Demonstrações Financeiras do BancoSeguro S.A. ("BancoSeguro"), que compreendem o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas, acompanhadas do relatório

dos auditores independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Termo de Responsabilidade da Administração: A Administração do BancoSeguro é responsável pela elaboração e conteúdo das Demonstrações Financeiras e arquivos apresentados. As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, em conformidade com as regulamentações aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Divulgação: As Demonstrações Financeiras, contidas neste documento, foram divulgadas em diretório de acesso público

no site do BancoSeguro no dia 24 de março de 2026 e podem ser acessadas por meio do link: <https://www.bancoseguro.com.br>. Atenciosamente, BANCOSEGURO S.A.

Gustavo Bahia Gama Sechin
Diretor Geral
Wilson Gomes de Lima
Contador - CRC: 1SP212238/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas Banco Seguro S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Seguro S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Informações comparativas: Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

São Paulo, 24 de março de 2026

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/0-5

Fabio de Oliveira Araújo
Contador
CRC 1SP2141313/0-3